

Brasília, 27 de agosto de 2009.

**Plantão:** Uchôa, Léia, e Rogério.  
**Em Bsb:** Iaci, Luizão e Rosângela.

## INFORMES NACIONAIS

### AUDIÊNCIA MTE, 31/08/09 às 14h30

A FASUBRA Sindical entendendo a necessidade do aprofundamento do debate acerca do Instituto de Registro Sindical para o Setor Público solicitou reunião com o Senhor André Grandizoli, Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho para juntos discutirem sobre o tema.

**Mediante o exposto, solicitamos as nossas entidades filiadas, verificarem na relação abaixo, se os dados contidos estão corretos e em caso negativo ou na falta desses, enviar-nos a até 6ª. feira (21/08), para alteração visto que os mesmos serão entregues naquele Ministério.**

Lembramos que o prazo de renovação de convênios com o Ministério do Planejamento está se esgotando por isso é importante a agilização da aquisição do Registro Sindical de nossas entidades para evitarmos problemas futuros.

### REGISTRO SINDICAL PROCESSO ENTIDADES FILIADAS JUNTO AO MTE/MP e CNPJ

ENTIDADES	CNPJ	Nº PROC. MTE	Nº PROC. MP
SINTUNIR	22.819.874/0001-08	46000006516/2006-62	04500.007780/2008-02
SINTUFRA	----	----	
SINTESAM	63.656.433/0001-10	90147-4	04500.010888/2008-74
SINTUFPA	04.823.183/0001-04	46000.014045/2005-85	04500.008767/2008-62
SINTEST-AC	34.703.058/0001-13		04500.010741/2008-84
SINTUFAL	12.386.793/0001-08	46000.006198/2007-11 24000.009914/90-89	04500.006139/2008-31
SINTUFPI	06.425.201/0001-17	46214.994677/2007-97 (nº solicitação: SC01400)	04500.007310/2008-31
SINTUFEPE-RUR	41.351.593/0001-09	46000.010946/93-21	
SINTUFEPE-FED	41.351.593/0001-09	46000.010946/93-21	
ASSUFBA-SIND	00.088.110/0001-57	4600.0004737/96-17	04500.008448/2008-57
SINTUFCE	05.676.242.0001-13	35043.04043/72 (CÓD.SIND. 000.910716)	04500.003647/2008-79
SINTESPB	08.323.065/0001-80	24280.001627/90-86	04500.004421/2008-95
SINTEMA	23.663.909/0001-25	46223.004545/2008-37 (nº solicitação: SC022690)	04500.008429/2008-21
SINTEST-RN	24.519.647/0001-92	46217005416/2008-45	04500.008496/2008-45
SINTUFS	13.128.731/0001-69	46221.004274/2008-30	04500.011709/2008-16
SINTUF-MT	03.827.979/0001-64	46210.001616/2008-9 (nº solicitação: SC02533)	04500.005947/2008-92
SINT-UFG	00.260.885/0001-68	46000.010514/2003 46000.019680/2004	04500.008502/2008-64
SINTFUB	01.633.692/0001-78	24000.008131/92	04500.005712/2008-09
SISTA-MS	33.151.424/0001-06	24000.006844/90-99	04500.006924/2008-03
ASUNIRIO	29.260.486/0001-89		04500.007808/2008-01
ASAV-SIND	20.322.335/0002-14		04500.003056/2008-00
SIND. IFES/BH	42.781.104/0001-20	46.000.001670/95	
ASSEFEI		35126.000.620/91	
SINDUFLA	20.699.302/0001-07	46000.001888/2004-31 10.004344/92	04500.008017/2008-98
SINTE-MED	01.023.584/0001-83		04500.008578/2008-90

SINDS-UFSJ		----	
SINT-UNIFAL (SINTEFOA)	02.684.481/0001-27	46000.000852/2001-97	
ASSUFOP-SIND	16.843.153/0001-30	24000.009566/90	04500.008049/2008-96
SINTET-UFU	22.236.434/0001-28	46021.003209/2003-39 46000.002278/96-92	04500.003229/2008-81
SINTUFEJUF	17.149.261.0001/70	46211.002561/2008-24 46245.001293/2007-55	04500.008452/2008-15
SINTUFES	27.419.910/0001-60	460000096209304	04500.004699/2008-62
SINTUFSCAR	49.161.821/0001-07	24000.006772/91	04500.008499/2008-89
STU	66.072.414/0001-34	35383.5396/91-56	
SINTUNIFESP	50.707.546/0001-55	46000.004275/2001	04500.009682/2008-00
SINTUR-RJ	27.215.896/0001-82		04500.008230/2008-01
SINTUFF	30.598.064/0001-05	46000004605/94-14	04500.008449/2008-00
SINTUFRJ	42.126.300/0001-61	00.011158/93-89 (DOU 8/02/94)	04500.006073/2008-91
SINTUPERJ	04.617.845/0001-81	46000.001256/2001-24	
SINDITEST-PR	68.700.806/0001-26	46212.003974/2008-16 000.89.011	04500.007298/2008-64
SINTUFSC	82.954.710/0001-15	24000.004867/92-85 46000.004652/2005-37	04500.006629/2008-49
ASSUFRGS	92.956.978/0001-40		04500.008433/2008-99
ASSUFSM	88.112.420/0001-00		04500.008624/2008-51
APTAFURG	91.102.087.0001/63		04500.008624/2008-51
ASUFPEL	89.878.284/0001-27		04500.008624/2008-51

## RELATÓRIO DO GT APOSENTADOS

**08 e 09/08/09**

**SINDICATOS presentes da:** UFMT, UFMS, UFPE, UFAM, UFGO, UFBA, UFF, UFSC, UFPel, UFRGS, UFSM, UnB, UFRJ, UFRRJ, UNIRIO, UFPR, UFMG, UFV, UFU, UBERABA e UFJF.

**Coordenação dos Trabalhos:** Pedro Rosa e Walter (DN).

**Membros da Direção que acompanharam os trabalhos:** Emanuel (Maninho), Rolando, Luizão e Carla.

### **PAUTA:**

- 08 de agosto – período matutino:
- Informes de Base e Reforma Tributária (Palestra formativa)
- Re-enquadramento e/reposicionamento dos aposentados
- Plano de Lutas
- Dia 09 de agosto:
- Organização dos Aposentados
- Organização do Encontro Nacional dos Aposentados
- Cartilha dos Aposentados
- Proposta de Alteração Estatutária (oriunda da discussão dos Encontros Regionais)
- Assistência a Saúde

### **I - INFORMES DE BASE:**

Foi destacado pelos presentes, a forma de organização em suas bases do conjunto dos trabalhadores aposentados, além das informações acerca do andamento, via Conselhos Superiores, dos procedimentos para o re-enquadramento dos aposentados, conforme deliberação de Plenária da FASUBRA.

Para o conjunto dos integrantes do GT, os informes das bases foram importantes, pois proporcionou a possibilidade de socializar processo de mobilização dos aposentados na base da categoria, com relação a questão da demanda do reposicionamento ou re-enquadramento. Algumas entidades já tomaram as providências de ingressarem com a solicitação via administrativa, sendo que alguns ainda não foram decididos por conta da morosidade nos trâmites. Ainda existem, uma grande quantidade de entidades que não fizeram apresentação do pedido. Para subsidiar os processos de encaminhamento das

entidades, foi feita a distribuição dos pareceres jurídicos das bases de Santa Maria, Santa Catarina e Fluminense.

Nos Informes de Santa Maria, foi dado destaque a realização do SEMINÁRIO REGIONAL SUL SOBRE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA E PREVIDÊNCIA, a realizar-se no período de 16 a 19 de setembro de 2009, onde serão abordados os seguintes temas: Ações desenvolvidas pela Comissão Interna de Supervisão da Carreira para aprimoramento do PCCTAE; Preparação para Aposentadoria e qualidade de vida dos aposentados; A Reforma da Previdência, o servidor público e as alterações do Regional Previdenciário; Apresentação dos GTs SINTUFSC, ASSUFRGS e ASSUFMS e Projetos de Lei sobre as aposentadorias em tramitação no Congresso.

## **II – REFORMA TRIBUTÁRIA**

Como o tema ainda não foi objeto de estudos por parte da Federação, a coordenação da pasta, entendeu como importante a organização de uma palestra com convidados, para introduzir o tema. Para esta palestra foram convidados, os Srs. Floriano José Martins - Presidente da ANFIP e pelo companheiro Osmar de Oliveira Marchese do STU.

A partir das 11h – Foi dado início a palestra, com o Sr. Floriano José Martins (Presidente da ANFIP), abordando o tema: “ Reforma Tributária e a Previdência Social”. O mesmo discorreu sobre as regras constitucionais da Seguridade Social, apresentando os balancetes de receitas e despesas de 2008 da Seguridade Social.

Em seguida, enfocou a proposta apresentada e discutida no Congresso Nacional de Reforma Tributária. Esta proposta traz conseqüência graves a Previdência e Saúde, implicando em mudança de fonte segura dos tributos, que passa a depender da variação da receita arrecadada. Esta variação irá gerar uma insegurança, pois a receita da previdência e saúde dependerá do movimento de toda economia, podendo em determinado momento, diante de incentivos fiscais dados pelo Governo, ocorrer perda de receita para a Seguridade Social. Isto sem considerar o Projeto de Lei 1992, que instituiu o sistema complementar de aposentadorias.

Os membros do GT fizeram vários questionamentos, buscando esclarecimentos acerca do tema. Após várias perguntas sobre essa proposta, o GT Aposentados indica para a Direção Nacional da FASUBRA as seguintes sugestões:

- a) Necessidade de aprofundar mobilização contra a proposta de Reforma de Tributária;
- b) Defender as garantias Constitucionais da Seguridade Social;

Na sequência, Osmar de Oliveira Marchese (STU), fez um histórico da maneira como os Governos sempre se comportaram sobre a administração das receitas da Seguridade Social. Apresentou a Carta do Fórum Social Mundial, onde este temário também foi debatido, com os seguintes encaminhamentos:

- a) Manter as fontes próprias e exclusivas para financiar a Seguridade Social;
- b) Utilizar integralmente as receitas orçamentárias da Seguridade Social para custear as despesas com benefícios previdenciários, SUS e Assistência Social;
- c) O orçamento da Seguridade Social terá caráter impositivo;
- d) Reativar o Conselho Nacional de Seguridade Social, com caráter deliberativo e gestão quadripartite (trabalhadores, empregadores, aposentados e governo), com a atribuição principal de distribuir a totalidade do Orçamento da Seguridade Social para os programas de saúde pública, previdência e assistência social.
- e) Modificar o Sistema Tributário Nacional, reduzindo a participação dos impostos indiretos e ampliando a Tributação sobre a Renda e o Patrimônio.
- f) Desonerar o Imposto de renda sobre os rendimentos do trabalho.
- g) Eliminar a D.R.U. – Desvinculação de Receitas da União.
- h) Rejeitar a criação da D.R.E – Desvinculação de Receitas dos Estados.
- i) Reduzir drasticamente o pagamento anual dos encargos da Dívida Pública (Federal, Estadual e Municipal) reescalando-os e fixando teto para os encargos do Governo Federal.
- j) Combater efetivamente a sonegação (tributária e previdenciária), e
- l) Realizar Auditoria da Dívida Pública.

Após as palestras, os membros do GT-Aposentados, avaliaram a necessidade de aprofundar o estudo acerca deste tema, na perspectiva de combate a esta Reforma. Ficou ainda entendido, dado a importância do tema, que o mesmo seria aprofundado, no Encontro Nacional de Aposentados.

## **PERÍODO VESPERTINO – SÁBADO – RE-ENQUADRAMENTO**

Foi aberto o debate acerca da questão do Re-enquadramento ou Reposicionamento dos aposentados na carreira. O Grupo de Trabalho entende que este tema merece uma atenção especial, por parte do Grupo, visando dar seqüências as resoluções da Plenária da FASUBRA.

O GT fez o seguinte diagnóstico acerca da questão:

- O assunto é maioria das bases, que estão com comissões de mobilização e com GT Re-enquadramento, com processos em andamento;
- Em alguns conselhos superiores o tema já foi pautado;
- Ainda existem entidades de base que não encaminharam os processos em seus conselhos;
- Os integrantes do GT entendem que o perfil de alguns Conselhos, são extremamente legalistas e só votam em questões de interesses dos trabalhadores, se forem pressionados;
- Ainda existem receios, quanto aos desdobramentos dos resultados das ações administrativas de re-enquadramento.

Após o debate sobre o tema, foram dados as seguintes sugestões a DN, tendo por base o debate e resoluções ocorridos na Plenária Nacional e no Encontro Nacional de Aposentados:

1. Que a FASUBRA Sindical faça uma campanha nacional URGENTE pelo re-enquadramento ou reposicionamento dos aposentados na carreira;
2. Que o GT Carreira ajude na elaboração técnica para que as bases encaminhem nos Conselhos Universitários.
3. Que a DN oriente com destaque que as entidades de base devem fazer a luta imediatamente pelo re-enquadramento ou reposicionamento dos aposentados, bem como. A Federação coloca a disposição das entidades os coordenadores de assuntos de aposentadoria e Carreira para prestarem as devidas assessorias (com custos para as entidades de base).
4. Que a coordenação de aposentados providencie um kit re-enquadramento ou reposicionamento e envie para as todas as bases, contendo os textos de reivindicações, os pareceres dos conselhos das universidades que ganharam o processo. É importante frisar que os presentes no GT levaram parte deste kit;
5. Que a FASUBRA Sindical inicie campanha para termos uma lei que melhor ampare re-enquadramento ou re-posicionamento.
5. O GT entende que não deve ser, ainda, construído o orientação de com ação judicial pleiteando esta questão.
6. Que a Federação solicite a ANDIFES, o apoio a luta pelo re-enquadramento ou re-posicionamento.
7. Que as entidades de base sejam solidárias nas mobilizações, quando os processos de re-enquadramento ou forem encaminhados para votações nos conselhos;
8. Que os aposentados se mobilizem para ter grande presença na Plenária de Carreira e que interajam com os GT Carreira de base para que a questão do re-enquadramento ou re-posicionamento seja entendimento de todos.
9. Que seja feita análise judicialmente se temos jurisprudência para nacionalizar o re-enquadramento visto que três universidades já ganharam e estão recebendo em seus salários;
10. Que haja orientação nacional sobre a questão do direito a revisão de aposentadoria de quem trabalhava via CLT antes de 1990, e estava em ambiente insalubre;
11. Que o financiamento do benefício AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO seja estendido aos aposentados, e que a DN da Federação verifique a situação dos bancários, pois parece que esta categoria teve ganho judicial favorável nesta questão.
12. Que haja orientação sobre todas as possibilidades de assistência a saúde ao idoso, pois é o setor da categoria que mais gasta com sua saúde;
13. Lutar para que os aposentados tenham assento nos conselhos universitários, com direito a voz e voto, e também possam votar pra Reitor, pois isso pode potencializar nossa capacidade de pressão pelo re-enquadramento ou re-posicionamento e outras reivindicações.
14. Que a DN FASUBRA-SINDICAL faça levantamento de quantas universidades os aposentados votam para Reitor e compõe os conselhos universitários.

15. Que a luta pela paridade nos conselhos universitários seja mantida;
16. Que seja solicitado as ouvidorias das universidades um perfil social dos aposentados, em sendo negado que as Entidades estudem a possibilidade de fazê-lo.
17. Que seja envolvido os ativos na luta pelo re-enquadramento ou re-posicionamento;
18. Que seja mantido os aposentados na folha de pagamento das universidades e na mesma fonte de financiamento e rubrica dos servidores da ativa.
19. Que os aposentados se organizem em GT's, Comissões de Enquadramento, Delegacia de Base, pois a experiência nacional da luta dos aposentados mostra que onde os aposentados estão politicamente organizados só quem sente na pele pode melhor mobilizar e defender seus direitos.
20. Que 07/10, seja dia nacional de luta dos aposentados" onde devem ser entregues na reitoria as reivindicações do setor, que busquem audiências com os(as) Reitores(as), parlamentares, que realizem seminários, luta de rua ou outros eventos. É fundamental que as universidades que ainda não avançaram no processo da luta pelo reposicionamento, aproveitem este dia de luta nacional para esta tarefa que se tornou a central. É fundamental arrancarmos pelo menos declarações formais dos(as) reitores(as) na defesa do re-posicionamento.
21. Que comecemos a construir a cultura de todo dia internacional dos aposentados (24/01), dia do servidor Público aposentado (15/06) façamos atividades políticas para marcar estas datas, mostrando que os nossos aposentados não são inativos.
22. Que seja feito um texto sobre a questão dos PPRA's e os aposentados, dando a devida importância.
23. Foi solicitado que o GT Saúde faça as orientações necessárias sobre a Aposentadoria Especial dirigindo-a explicação a aposentando e aposentados.
24. A DN construa um questionário nacional ao setor dos aposentados a fim de se ter um raio-x da organização dos aposentados, de seus problemas, conquistas etc...
25. Que haja uma campanha nacional dos aposentados, no sentido de orientá-los sobre a lei de prioridade de atendimento aos idosos nos espaços públicos, deixando explícito que prioridade no atendimento não é separar um caixa ou afim só para idoso, pois pode inverter o objetivo da lei.

Após a construção das sugestões acima elencadas, foram agregadas mais propostas, do ponto de vista geral, que tratam dos aposentados/pensionistas, apresentadas nos trabalhos em grupos do XX CONFASUBRA. Estas propostas se referem a Carreira, que serão objetos de apreciação na próxima Plenária de Setembro, nos dias 19 e 20, que são as seguintes:

- ✓ Reposicionar os aposentados na Tabela Salarial do PCCTAE, considerando o Tempo de Serviço utilizado para aposentadoria, na mesma posição que se encontravam no PUCRCE;
- ✓ Que a FASUBRA-SINDICAL encaminhe para todas as bases o reposicionamento dos aposentados/pensionistas no que tange o tempo de serviço por dentro dos Conselhos Universitários;
- ✓ Que os certificados os quais no PUCRCE foram utilizados para ganho de referências sejam validados para mudança no nível de capacitação, independente de Carga Horária;
- ✓ Computar para efeito de enquadramento os resíduos do tempo de serviço dos aposentados;
- ✓ Rever questão da licença prêmio, que no enquadramento foi cortada, contado só o tempo trabalhado;

Art. 184, pagamento de imediato, pois o mesmo dá um incremento no vencimento básico de 20%, para o servidor com tempo de serviço integral, ou seja, 30 (trinta) anos mulher e 35 (trinta e cinco) anos homem.

A Comissão Nacional de Supervisão e o GT Carreira façam um estudo da nomenclatura, sem prejuízo no que tange a Lei 8.112/90, no art. 192 que estabelecia a todos o Tempo de Serviço de 30 (trinta) anos mulher e 35 (trinta e cinco) anos se homem, receberia um incremento no vencimento básico, levando em conta a diferença entre uma classe e a imediatamente inferior, devendo após apreciação de a Federação encaminhar de imediato ao Ministério do Planejamento.

### **III - ORGANIZAÇÃO DOS APOSENTADOS**

Com relação a organização dos aposentados na FASUBRA, o GT fez as seguintes sugestões, para a DN-FASUBRA:

1. Ficou indicado que haverá um Encontro Nacional dos Aposentados, na primeira quinzena de novembro (preferência na primeira semana). Este encontro deverá ser em Brasília. Houve ponderação

sobre a data da Copa Fasubra-Sindical, de possível encontro de aposentados das três esferas, mas o período ficou no indicado.

2. As inscrições deverão ser confirmadas até 15 dias antes do evento;

3. Os eixos temáticos são:

- Conjuntura e aposentados,
- Seguridade social e previdência
- Carreira e Re-enquadramento
- Organização dos Aposentados.

4. Que antes do encontro nacional, os sindicatos busquem realizar seminários ou encontros estaduais, com o objetivo de interagir, trocar experiência e pautar o temário do Encontro Nacional. Estes eventos estaduais são de autonomia e responsabilidade dos sindicatos de base, que podem solicitar apoio e/ou orientação da pasta da DN;

5. Foi definido que será discutido com os demais GT ou Coordenação para que os temários sejam os mais aprofundados e qualitativos possíveis. Foi solicitada a Coordenação de Estaduais para que também fosse envolvida na construção deste encontro nacional, para não se abordar apenas aposentadoria nas universidades federais.

Após o almoço, foi dada continuidade dos trabalhos, onde a Coordenação do GT fez uma pequena explanação sobre a nova Portaria que alterou as regras da assistência saúde ao servidor, Portaria Normativa Nº 003/2009. Em seguida um pequeno debate sobre o Mandato de Injunção e por fim.

No tocante a Cartilha, a Coordenação de Aposentados informou que seria feito um trabalho de sistematização, tendo por referência a produção acumulada sobre o tema. Nesta Cartilha seria também abordado questões inerentes aos trabalhadores aposentados.

Em seguida, foi apresentado cópia do Estatuto da FASUBRA, no artigo que trata da composição das novas Coordenações, para que os GT locais debatam já que esta nova formulação será discutida em um Congresso Extraordinária que será realizado no próximo ano.

Sem avaliações gerais, para o primeiro GT deste mandato, podemos considerar que foi produtivo, considerando a ampla representatividade e participação, onde no ato de encerramento foi feita uma menção pública com a satisfação da organização do GT, sendo os trabalhos encerrados com a apresentação de duas músicas cantadas em Latim e Hebraico, feita pela companheira Maria Lucia-UFGM, emocionando a todos.

## **PEC-270-APOSENTADORIA POR INVALIDEZ**

### **RELATÓRIO AUDIÊNCIA PÚBLICA - 26/08/09 - 14h**

**Pela FASUBRA:** Léia de Souza Oliveira

**O Deputado Oswaldo dos Reis, Presidente da Comissão Especial-PEC-270/2008, abriu a sessão convidando o Deputado Arnaldo Faria de Sá, relator da PEC-270, para compor a mesa.**

A dinâmica utilizada, foi de 5 minutos para cada apresentação da posição das entidades convidadas, sem debate. O primeiro a se manifestar, após a composição da mesa, foi Sérgio da CONDSEF, que na oportunidade elogiou iniciativa da Deputada Andréia Zito, autora da PEC 270, que através dessa iniciativa, minimiza os prejuízos da Emenda 41. A PEC 270 corrige prejuízos provocados pela Emenda 41. O Estado penalizou os trabalhadores que aposentaram por invalidez.

O Deputado Arnaldo Faria de Sá, informou que a PEC 270 procura corrigir as distorções ocorridas com a emenda 41, e as futuras distorções que poderão ocorrer. Destacou que pelo menos o escopo da conceituação da previdência pública não foi afetado com a emenda 41. Informou ainda que o conjunto dos integrantes da Comissão Especial da PEC são comprometidos com a correção dessa injustiça.

**Edson Guilherme** – Presidente do MOSAP, lembra que uma de suas principais bandeiras de luta desde a criação do MOSAP é a luta pela paridade e integralidade. Recupera elementos da Reforma da Previdência que retirou a paridade, e dá apoio integral a PEC-270, que faz justiça com os aposentados acometidos de doenças graves, que pela natureza teve um mal e recebe de castigo o fim da paridade. Solicita que seja incorporado alguns elementos da PEC 555 no parecer do relator.

O Deputado **Arnaldo Faria de Sá** – Alerta que se colocar em seu parecer o conteúdo da PEC 555, poderá desacelerar a tramitação da PEC-270, que avalia ter apoio da maioria dos parlamentares, independentemente de partido.

**Dr. Fábio** - Associação Nacional Procuradores do Trabalho – Fez um destaque que nesta última década, o patrimônio jurídico dos servidores públicos tem sido aviltado. Alguns setores de opinião pública têm colocado sobre os ombros dos servidores públicos toda a culpa da crise e de ineficiência do Estado. Lembra que os Servidores Públicos recolhem a contribuição em cima da integralidade. Portanto o servidor contribui dez vezes mais que o trabalhador privado. Dá apoio integral a PEC-270.

**Dr. Jorge Cesar Costa** – Presidente do Cons. Executivo dos Auditores Ficais da Receita Federal – Cumprimenta Deputado Arnaldo Faria de Sá, pelo seu compromisso histórico com a luta da Seguridade Social. Manifestam apoio as 05 emendas apresentadas a PEC-270. Resgata que a Reforma Constitucional de 1998 e 2003 – suprimiu direitos, como a quebra da integralidade e da paridade. No caso da Aposentadoria por Invalidez, o golpe foi duplo, pois além de voltar a contribuir com a previdência, tem quebrado o princípio da paridade. Defende que a aposentadoria por invalidez tenha tratamento integral, com paridade ainda para os pensionistas.

**Dep. Arnaldo Faria de Sá** – Manifesta, mais uma vez que se for posição unânime do movimento, ele poderá incluir no seu parecer à PEC 270, algumas questões que estão na PEC-555, com o fim da contribuição. Coloca que a PEC-270 é urgente, pois recupera uma injustiça com os trabalhadores aposentados por invalidez, que no conjunto dos aposentados são os que sofrem mais perdas com a reforma da previdência.

**Antonio Nelson** – COBAP (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas) – Manifesta apoio integral a PEC-270.

**Marcos (DIAP)** – Destaca em sua fala, que a aposentadoria por invalidez é compulsória – não é optativa. Acha importante não incluir no texto do parecer do relator, elementos da PEC-555, pois são pautas diferenciadas, e a PEC-270, é mais urgente. É melhor resolver um problema por vez. Acrescenta que as emendas apresentadas melhoraram a PEC-270.

**Dep. Arnaldo Faria de Sá** – idéia básica é aprovar o texto, incluindo a retroatividade.

**Verônica Rocha** – Vice Presidente da ANASP – manifesta posição favorável a PEC-270. Resgata de desde 1952 os servidores públicos aposentados por invalidez recebiam seus proventos integrais, que foram retirados com a Emenda 41. A PEC 270 é uma questão de justiça urgente. É o resgate da dignidade desse trabalhador, que precisa de remuneração integral para manter suas necessidades em função da doença da invalidez.

**Dep. Germano** – Vice Presidente da Comissão Especial – Coloca duas questões para serem levantadas pela Comissão: 1ª – dados da repercussão financeira – impactos que ocorreria com a correção que deverá ser feita após aprovação da PEC-270. Segunda questão é quanto ao valor que representa ao erário público a contribuição dos aposentados para a previdência.

Deputado **Oswaldo dos Reis**, Presidente da Comissão Especial - informou que serão providenciadas as informações, e que na próxima audiência pública, terá a presença do Ministro da Previdência, onde as mesmas poderão ser debatidas.

## NOTÍCIAS

### Governo e centrais sindicais chegam a acordo sobre aposentadorias

*O ministro da Previdência, José Pimentel, disse que o acordo entre o Governo e as centrais sindicais é "absorvível" pelas contas previdenciárias*

O Governo aceitou uma proposta das centrais sindicais sobre a política de reajustes para aposentadorias acima de um salário mínimo: ficou acertado que serão concedidos aumentos equivalentes à inflação mais 50% do PIB de dois anos anteriores (em 2011, por exemplo, o cálculo será feito com base no PIB de 2009).

O ganho real desses benefícios em 2010 deve ficar em torno de 2,5%.

O ministro da Previdência, José Pimentel, disse que o acordo é "absorvível" pelas contas previdenciárias.

O deputado Pepe Vargas (PT/RS), relator do Projeto de Lei 3.299/08, que acaba com o fator previdenciário, deverá apresentar um substitutivo nos próximos dias englobando a nova proposta de reajuste e a adoção do chamado "fator 85/95" (no qual a soma da idade com o tempo de contribuição deve resultar para fins de aposentadoria em 85, para as mulheres; e em 95, para os homens).

*Diante do acordo, as centrais se comprometem a não insistir na aprovação de três matérias:*

- o texto atual do PL 3.299/08, sobre o fator previdenciário;

- a emenda do senador Paulo Paim (PT/RS) ao PL 1/07 que garante, às aposentadorias, o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo;

- e o reajuste de 16,7% para aposentados e pensionistas que ganham mais que um salário mínimo, aprovado pelo Congresso na forma de emenda à MP 288/06 e vetado em seguida pelo presidente Lula.

A reunião entre representantes do Governo, sindicalistas e parlamentares já foi encerrada.

Ela aconteceu no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), em Brasília.

Também foi fechado o acordo sobre o projeto que trata do fim do fator previdenciário: será adotada a chamada fórmula 95, já aplicadas aos servidores públicos.

O seguro-desemprego poderá ser contabilizado para se chegar ao tempo de contribuição exigido para aposentadoria.

Outra novidade é que haverá um dispositivo para desestimular demissão de pessoas próximas à aposentadoria.

Segundo o relator do projeto que trata do fim do fator previdenciário, Pepe Vargas (PT/RS), haveria a garantia de que o trabalhador não seria demitido até 12 meses antes de completar o tempo de contribuição necessário para a aposentadoria.

"Foi um acordo histórico. Quebrou paradigmas", disse Pepe Vargas.

Já o ministro da Previdência, José Pimentel, disse que o acordo foi fechado e que os parlamentares devem aprová-lo.

"Agora, precisamos da autorização legal para cumprimos o acordo. O Congresso precisa aprovar, e todos nós vamos trabalhar por isso", disse Pimentel.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estava no Palácio da Alvorada, foi consultado sobre os pontos do acordo e deu o sinal verde.

"A economia está se recuperando, e o presidente Lula considerou que esse é um esforço máximo que o Governo pode fazer", disse o ministro da Secretaria Geral, Luiz Dulci.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, aprovou o acordo, mas a Central de Trabalhadores do Brasil (CTB) deixou o encontro reclamando.

"Estávamos apostando na negociação, mas não foi possível", disse o presidente da CTB, Wagner Gomes.

As mudanças acertadas serão incluídas no texto a ser apresentado por Pepe Vargas, em substituição ao texto original da proposta que acaba com o fator previdenciário.

"Estamos implementando mais do que o aumento real, mas uma política de recuperação do poder de compra das aposentadorias", disse Artur Henrique.

Fonte: DIAP

## CALENDÁRIO DE ATIVIDADES – 2009

### AGOSTO

<b>27 e 28</b>	Reunião da Comissão Nacional Organizadora da CONAE-Conferência Nacional de Educação.
<b>30</b>	Conferência Nacional da Saúde Ambiental - <b>Etapa Municipal</b>
<b>31</b>	<b>14h30min</b> - Reunião com o Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego (Registro Sindical).

### SETEMBRO

<b>01</b>	<b>14h30min</b> - Plenário 11, Anexo II da Câmara dos Deputados Reunião sobre o <b>PL 4214/04 - Reforma Universitária</b>
<b>02 a 04</b>	IV Fórum Nacional das CIS do PCCTAE - UnB - Brasília/DF
<b>02</b>	III JORNADA NACIONAL DE DEBATES - DIEESE - Negociações Coletivas em contexto de crise
<b>5 e 6</b>	GT-Carreira
<b>7</b>	Grito dos Excluídos
<b>08</b>	Reunião FENTAS
<b>09 e 10</b>	Reunião CNS

<b>16 e 17</b>	Reunião de DN
<b>18</b>	Plenária das Estaduais
<b>19 e 20</b>	Plenária Nacional Estatutária FASUBRA
<b>21 a 23</b>	Reunião do Conselho Fiscal
<b>21 e 22</b>	Seminário para preparação da intervenção na CONAE
<b>22 a 24</b>	2º Encontro Sindical - "NOSSA AMÉRICA" - São Paulo - BRASIL
<b>24 e 25</b>	Reunião dos Coordenadores de Base de Esporte e Cultura - Rio de Janeiro
<b>OUTUBRO</b>	
<b>13</b>	Reunião FENTAS
<b>14 e 15</b>	Reunião CNS
<b>17 e 18</b>	Encontro das Coordenações e dos Profissionais de Comunicação das Entidades de Base
<b>27 a 30</b>	XIV Congresso Internacional sobre Reforma do Estado e da Administração Pública
<b>30</b>	Conferência Nacional da Saúde Ambiental - <b>Etapa Estadual</b>
<b>NOVEMBRO</b>	
<b>10</b>	Reunião FENTAS
<b>11 e 12</b>	Reunião CNS
<b>A Definir</b>	Curso de Formação de Multiplicadores
<b>20</b>	Dia Nacional da Consciência Negra
<b>DEZEMBRO</b>	
<b>1, 2 e 3</b>	I Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM)
<b>08</b>	Reunião FENTAS
<b>09 e 10</b>	Reunião CNS
<b>15 a 18</b>	Conferência Nacional da Saúde Ambiental - <b>Etapa Nacional</b>
<b>A Definir</b>	Conferência Nacional de Educação